

GESTÃO FINANCEIRA
UMA ANÁLISE SIMPLIFICADA

Índice

1. BALANCETE	3
2. BALANÇO.....	5
3. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	10
4. RESUMO	12

1. BALANCETE

O balancete é um documento contabilístico que se utiliza para visualizar a lista do total dos débitos e dos créditos das contas, juntamente com o saldo de cada uma delas (seja devedor ou credor).

- Saldo devedor: Genericamente, são bens/valores que pertencem à empresa ou que a empresa tem a receber de terceiros
- Saldo credor: Genericamente, são valores que a empresa tem a receber de terceiros

Desta forma, o balancete permite estabelecer um resumo básico do estado financeiro da empresa.

No entanto, o balancete reflecte apenas aquilo que é registado na contabilidade. Logo, as operações não registadas não aparecem no balancete!

Não havendo melhor, o balancete é o resultado da contabilidade de uma empresa ou de uma organização num determinado período. Por isso, actua como base na hora de preparar as contas anuais.

Os valores dos balancetes, devem ser confirmados pela realidade da empresa: É o que se chama de inventário e balanço!

Esta operação deve ser feita periodicamente e serve para confirmar se os valores do balancete correspondem verdadeiramente:

- Aos bens e valores em posse da empresa
 - o Viaturas, computadores, imóveis, etc.
 - o Existências (mercadorias, produtos acabados, embalagens, matérias primas e outros)
 - o Valores em bancos e caixa
- Aos valores a receber de terceiros (clientes e outros)
- Aos valores a pagar a terceiros (fornecedores, estado e outros)

A excepção a estas rubricas são as contas da classe “5” que se destinam a registar os valores do capital social, reservas e resultados, sejam lucros ou prejuízos.

A organização das contas faz-se de acordo com as seguintes regras:

Contas da classe 1 – Valores de Caixa e Bancos

Contas da classe 2 – Terceiros (Clientes, Fornecedores, Estado, Financiadores, Pessoal e Outros devedores e credores)

Contas da classe 3 – Existências

Contas da classe 4 – Imobilizado

Contas da classe 5 – Capital Social, Reservas e Resultados

Contas da classe 6 – Gastos (Custos)

Contas da classe 7 – Rendimentos (Vendas e prestações de serviços)

Contas da classe 8 – Resultados do Exercício

2. BALANÇO

O Balanço é um documento de contabilidade que mostra a situação patrimonial da empresa numa determinada data. É um elemento de visualização estático, embora possam ser apresentados em paralelo diferentes balanços comparativos com referência a diferentes datas.

O BALANÇO agrega, num conjunto de rubricas, os bens, direitos e obrigações da empresa no momento retratado. De forma simplificada, pode-se dizer que o BALANÇO são os valores do balancete organizados de uma forma lógica:

- Aplicações de fundos à direita ou em cima (ACTIVO)
- Origens de fundos à esquerda ou por baixo (CAPITAIS PRÓPRIOS e PASSIVO)

O BALANÇO está dividido em três grandes naturezas:

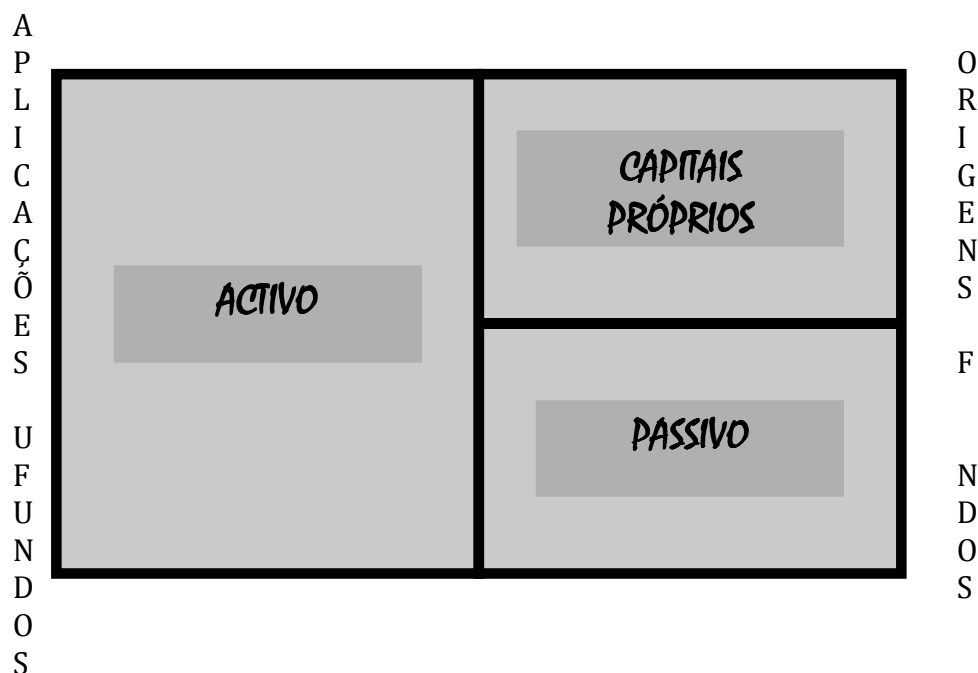
- O Activo
- Os Capitais Próprios
- O Passivo

No Activo surgem todos os bens e direitos da empresa. Nos Capitais Próprios, o capital social, os resultados acumulados (lucros e prejuízos), as participações e as reservas constituídas. No Passivo, as obrigações assumidas para com terceiros, internos ou externos à empresa (dívidas).

Numa óptica financeira, o Activo corresponde às Aplicações de Fundos ou ao investimento feito na empresa. Estes bens e direitos são financiados por Capitais Próprios (capital social, reservas e resultados) e Capitais Alheios, cuja obrigatoriedade de pagamento aparece inscrita no Passivo.

A este segundo membro (Capitais Próprios e Passivo) também se chama Origens de Fundos.

De modo mais gráfico temos



Olhando para as colunas da direita e da esquerda, podemos, desde já, estabelecer uma relação de equilíbrio entre estes membros:

$$\text{ACTIVO} = \text{CAPITAIS PRÓPRIOS} + \text{PASSIVO}$$

ou

$$\text{ACTIVO} = \text{CAPITAIS PRÓPRIOS} + \text{CAPITAIS ALHEIOS}$$

ou ainda

$$\text{APLICAÇÕES DE FUNDOS} = \text{ORIGENS DE FUNDOS}$$

Esta é a equação fundamental da contabilidade.

Na medida em que as empresas se financiam com capitais próprios e alheios, a situação mais normal (e saudável) é que o activo exceda os capitais alheios. Se tal não se verificar, a empresa está tecnicamente falida ou insolvente, isto é:

o activo é inferior ao passivo,

ou seja,

os capitais próprios são negativos.

Mas, detalhemos estes membros do Balanço para percebermos a respectiva lógica e composição.

O 1º membro do balanço

É, como se referiu, o Activo. Na medida em que necessitamos de clareza é fundamental que o activo esteja decomposto em rubricas homogéneas e em determinada ordem que o Plano Oficial de Contabilidade – POC – consagra em ordenação por grau crescente de liquidez e de acordo com o destino das aplicações.

Por grau de liquidez entende-se a capacidade para um activo se transformar em meios monetários.

Assim, foram criadas duas grandes categorias:

- Activo Fixo (de liquidez reduzida)
- Activo Circulante (de maior liquidez)

O Activo Fixo agrupa:

- Imobilizações
 - o Incorpóreas – aplicações de carácter permanente (superior a 1 ano) em activos intangíveis, cuja transformação em dinheiro não é imediata e até algo duvidosa (despesas de constituição, trespasses, licenças, etc.);
 - o Corpóreas – aplicações com carácter permanente em activos tangíveis, que a empresa não vai transformar em liquidez mas que utiliza para o exercício da sua actividade ou de que frui para obter dinheiro (terrenos, edifícios, equipamento);
 - o Investimentos Financeiros – são aplicações em activos de carácter permanente e de natureza financeira (acções, obrigações, títulos diversos, empréstimos concedidos a empresas de grupo ou a terceiros). É óbvio que o respectivo grau de liquidez é superior aos dos grupos anteriores, mas, apenas se registam aqui as naturezas cuja estimativa de transformação em dinheiro seja superior a um ano.
 - o Amortizações e reintegrações – representam a perda observada pelas imobilizações por via da respectiva utilização e aparecem a deduzir.

O Activo Circulante decompõe-se em:

- Existências – são todos os bens armazenáveis, quer adquiridos quer produzidos pela empresa e destinados à venda (mercadorias, produtos acabados e intermédios, subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos, produtos e trabalhos em curso, matérias-primas, subsidiárias e de consumo). Deduzem-se das respectivas provisões para depreciação e contemplam as regularizações, positivas ou negativas, e ainda os adiantamentos por conta de compras, cujo preço esteja previamente fixado.
- Dívidas de Terceiros a Médio e Longo Prazo – dívidas com liquidação a mais de 1 ano da data do balanço, deduzidas das respectivas provisões. Respeitam a clientes, empresas do grupo, adiantamentos a fornecedores de imobilizado, Estado ou subscritores de capital.
- Dívidas de Terceiros a Curto Prazo – a menos de 1 ano, à data do balanço e respeitantes às entidades anteriormente referidas, deduzidas igualmente das respectivas e aplicáveis provisões.
- Títulos Negociáveis – Aplicações financeiras de curto prazo, ou tesouraria (acções, obrigações, outros);
- Depósitos Bancários e Caixa – São os meios líquidos, isto é, dinheiro em caixa ou à ordem em instituições de crédito, bem como os meios quase líquidos (depósitos a prazo).
- Acréscimos e Diferimentos – Despesas com custo diferido (feitas no exercício mas que correspondem a custos dos exercícios seguintes) e antecipação de receitas (proveitos do exercício cuja receita ocorre em exercícios subsequentes).

O 2º membro do balanço

É constituído por:

- Capitais Próprios
- Passivo (Capitais Alheios)

Seguem-se também aqui os princípios de clareza e homogeneidade, apresentando-se as contas por ordem crescente de exigibilidade. O grau de exigibilidade é definido pelo prazo de vencimento de uma dívida. Quanto menor o prazo, maior a exigibilidade. Por tal, os capitais próprios aparecem em primeiro lugar.

Mas, vejamos as componentes:

Capitais Próprios

- Capital social – é o capital disponibilizado pelos sócios ou accionistas
- Prestações suplementares – reforços ao capital inicial
- Prémios de emissão de acções
- Dividendos antecipados
- Reservas (de reavaliação e legais)
- Resultados transitados de exercícios anteriores
- Resultados líquidos do exercício

Passivo

- Provisões para Riscos e Encargos – integram custos que correspondem a despesas potenciais de exercícios posteriores. São despesas futuras, certas ou incertas, de montante incerto.
- Dívidas a terceiros de médio e longo prazo – com liquidação a mais de 1 ano, a partir da data do balanço (empréstimos por obrigações convertíveis e não convertíveis, empréstimos por títulos de participação, empréstimos bancários, adiantamentos por conta de vendas, fornecedores, empresas do grupo ou interligadas, sócios ou accionistas, Estado e todas as dívidas para com terceiros).
- Dívidas a terceiros de curto prazo – com liquidação a menos de 1 ano da data do balanço, de composição idêntica à anterior.
- Acréscimos e diferimentos – despesas diferidas (custos do exercício com realização de despesa em exercícios seguintes) e receitas com proveito diferido (receitas do exercício cujo proveito respeita a exercícios posteriores). Em termos práticos e para a análise financeira, sempre que o diferimento seja de período superior a 1 ano, deve encarar-se como um passivo de longo prazo.

3. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

A demonstração de resultados líquidos mostra a formação dos resultados (lucros ou prejuízos) num determinado período, normalmente entre dois balanços.

Permite avaliar o desempenho económico, ou seja a rentabilidade das vendas, dos capitais investidos, a eficiência global económica.

Ao fazer a síntese dos custos e dos proveitos, homogeneamente agrupados, dá-nos indicação da proveniência e composição do resultado apurado em cada exercício.

De acordo com o POC, existem dois modos de elaboração da demonstração de resultados:

- Por natureza
- Por funções

A Demonstração de Resultados por Natureza

Agrega proveitos e custos em grupos de idêntica natureza.

Vendas e serviços prestados	71, 72
Subsídios à exploração	75
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	61
Fornecimentos e serviços externos	62
Gastos com o pessoal	63
Imparidade de inventários (perdas / reversões)	652, 7622
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	651, 7621
Outros rendimentos e ganhos	78, salvo 785
Outros gastos e perdas	68, salvo 685
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	64, 761
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	
Juros e rendimentos similares obtidos	79
Juros e gastos similares suportados	69
Resultado antes de impostos	
Imposto sobre o rendimento do período	812
Resultado líquido do período	

A Demonstração de Resultados por Funções

Neste caso, os custos e os proveitos são agrupados por funções, de acordo com a estrutura clássica das funções da empresa – produção, distribuição administrativa e financeira, etc.

Vendas e serviços prestados
Custo das vendas e dos serviços prestados
Resultado bruto
Outros rendimentos
Gastos de distribuição
Gastos administrativos
Gastos de investigação e desenvolvimento
Outros gastos
Resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos
Gastos de financiamento (líquidos)
Resultados antes de impostos
Imposto sobre o rendimento do período
Resultado líquido do período
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período

4. RESUMO

O conjunto dos mapas de relato financeiro permite, devidamente acompanhados do conhecimento da realidade da empresa, conhecer melhor a situação da empresa.

Permite, também, melhorar a gestão financeira da empresa.

Em termos práticos, é muito importante porque, a análise destes mapas permite perceber melhor algumas das situações que a empresa enfrenta no “dia-a-dia” em termos financeiros e, por exemplo, na sua tesouraria.

Estes mapas podem ser complementados pela análise de rácios e por outros instrumentos mais complexos.